

Questões Lei 5.301/69 (Lei Orgânica da PCMG)

1. Luciano, servidor da Polícia Civil de Minas Gerais cometeu uma transgressão e foi punido com a suspensão do serviço. De acordo com as penalidades previstas na Lei 5.301/69 (Lei Orgânica da PCMG – parcialmente revogada), é CORRETO afirmar:

- A) O servidor policial mesmo suspenso receberá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- B) A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada no caso da falta grave ou de reincidência.
- C) A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, podendo o servidor ser cumulativamente afastado do serviço.
- D) A pena de repreensão poderá ser aplicada oralmente e, em princípio, corresponderá às faltas de cumprimento de deveres e às transgressões consideradas de natureza média.
- E) Havendo dolo ou má-fé, as faltas de cumprimento de deveres são punidas com a pena demissão.

2. Conforme lei nº 5406/1969 será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público, exceto nos casos de:

- A) Revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares.
- B) Deixar de cumprir deveres com dolo ou má fé.
- C) Praticar, em serviço ou em decorrência deste, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo em legítima defesa.
- D) Praticar crimes contra a boa ordem, a administração pública e a Fazenda Estadual, ou previstos nas leis relativas à segurança e à defesa nacional.
- E) Incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público.

3. Determinado servidor da polícia civil do estado de Minas Gerais cometeu ato definido como advocacia administrativa. Havendo elementos para concluir a existência da falta e sua autoria, é correto afirmar de acordo com Lei nº 5406/1969 que:

- A) Nesse caso, poderá ser instaurado processo administrativo ou sindicância a fim de apurar ação ou omissão do servidor.
- B) O processo aplicado deve ser precedido de sindicância, para investigação preliminar.
- C) O processo previsto pode ser iniciado pelo Diretor da Academia de Polícia.
- D) Será obrigatório o processo administrativo, pois a falta disciplinar, por sua natureza, pode ser punida com pena de demissão.
- E) Deverá ser instaurado apuração preliminar para verificação da autoria da ação ou

omissão do servidor.

4. Segundo a lei N° 5406/1969, está entre as vedações do servidor policial, exceto:

A) Recusar-se a aceitar encargos ao cargo ou função para os quais for designado.

B) Participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesses particulares.

C) Recusar presentes ou donativos por motivo de cumprimento de missão policial.

D) Quebrar sigilo de assuntos policiais, de modo a prejudicar o andamento das investigações ou outros trabalhos policiais.

E) Censurar, através de veículos de divulgação, às autoridades constituídas ou criticar os atos da administração, ressalvado o trabalho de cunho doutrinário e que tenha sentido de colaboração e cooperação com esta.

5. Em determinada ocorrência um servidor da polícia civil de Minas Gerais recebeu ordens de seu superior para cometer ato definido como transgressão pela lei n° 5406/1969. Sobre o ocorrido é correto afirmar:

A) O servidor deve ser responsabilizado inteiramente pelo ocorrido e devidamente punido.

B) Tal circunstância é considerada atenuante, sendo o infrator punido de forma mais leve.

C) Cometer transgressão sob ordem superior é considerado situação agravante, aumentando a pena do infrator.

D) Os dois servidores envolvidos devem ser responsabilizados igualmente pela transgressão.

E) Não haverá punição ao acusado, por ter sido cometida a transgressão em obediência a ordem superior.

6. Conforme artigo 144 da lei N° 5406/1969, são princípios básicos da disciplina policial, exceto:

A) Apuração ou comunicação à autoridade competente, pela via hierárquica respectiva, da prática de transgressão disciplinar.

B) Obediência aos superiores.

C) Observância das condições e normas necessárias para a boa execução das atividades policiais.

D) Espírito de camaradagem e de cooperação, apenas quando o servidor policial estiver em serviço.

E) Subordinação hierárquica.

Questões LEI COMPLEMENTAR nº 129, de 08/11/2013

1. Em uma situação hipotética, o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais cometeu infração penal cuja sanção seja pena de detenção. Sobre a administração superior da PCMG é correto afirmar:

- A) O Chefe da PCMG será nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes, em atividade, do nível final da carreira de Delegado de Polícia que possuam, no mínimo, dez anos de efetivo serviço policial, vedada a nomeação daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal.
- B) No caso de afastamento o Chefe da PCMG é substituído pelo Corregedor-Geral da PCMG.
- C) Não compete ao Chefe da PCMG a instauração de processo administrativo disciplinar e aplicação de sanções.
- D) O Chefe da PCMG não tem prerrogativas, vantagens e padrão remuneratório do cargo de Secretário de Estado.
- E) No caso narrado o Chefe da PCMG não será afastado de suas funções imediatamente, por não ter cometido infração com pena de reclusão.

2. Não Compete à Corregedoria-Geral de Polícia Civil de Minas Gerais:

- A) Examinar e subsidiar a formulação da proposta orçamentária da PCMG, propor a priorização de programas, projetos e ações da PCMG.
- B) Realizar e determinar correições e inspeções, de caráter geral ou parcial, ordinário ou extraordinário, nas atividades de competência da PCMG.
- C) Avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial.
- D) Propor ao Chefe da PCMG, mediante despacho devidamente fundamentado, o afastamento preliminar de servidores da PCMG pelo prazo máximo de até noventa dias, na hipótese de indícios suficientes de eventual prática de transgressão.
- E) Aplicar, sem prejuízo da competência dos demais titulares de órgãos e unidades, nos termos desta Lei Complementar, penalidades disciplinares, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

3. Sobre o Regime de trabalho do Policial Civil é correto afirmar:

- A) É caracterizado pela realização de diligências policiais apenas no estado de Minas Gerais.
- B) Tem dever de imediata atuação quando presenciar a prática de infração penal, desde que esteja no horário de serviço.
- C) O período em trânsito para a realização de diligências policiais em localidade diversa da lotação do policial civil, em qualquer região do Estado ou fora dele, considera-se como tempo efetivamente trabalhado.
- D) A prestação de serviço em regime de plantão implica no descanso imediato e subsequente pelo período mínimo de 8 horas.
- E) O regime de trabalho tem como característica a possibilidade de convocação a qualquer hora e dia, exceto durante o repouso semanal e as férias.

4. As carreiras policiais são de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia, Médico Legista, Perito Criminal, além das carreiras administrativas que integram o quadro pessoal da PCMG. Sobre as carreiras policiais pode-se afirmar:

- A) Considera-se o nível do servidor a posição no escalonamento horizontal no mesmo nível de determinada carreira.
- B) Cargo de provimento efetivo é a unidade de ocupação funcional do quadro de pessoal privativa de servidor público aprovado em concurso, com criação, remuneração e quantitativo definidos em lei ordinária, e, ainda, com atribuições, responsabilidades, direitos e deveres de natureza estatutária estabelecidos em Lei Complementar.
- C) Ao policial civil não são conferidas as funções de polícia judiciária e investigação criminal para o estabelecimento das causas e circunstâncias.
- D) A coleta de vestígios em locais de crime pode ser realizada por qualquer policial que chegar ao local primeiro, assegurada a máxima preservação por parte daqueles que primeiro chegarem ao local, o qual, depois de liberado, sujeita-se à análise dos Investigadores de Polícia para a obtenção de outros elementos que possam subsidiar a investigação criminal.
- E) Considera-se grau a posição do servidor no escalonamento vertical dentro da mesma carreira, contendo cargos escalonados em graus, com os mesmos requisitos de capacitação e mesma natureza, complexidade, atribuições e responsabilidades.

5. São etapas para o ingresso em cargo das carreiras policiais civis, exceto:

- A) Provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório, podendo ser constituída de prova objetiva de múltipla escolha, prova escrita discursiva e títulos para todos os cargos, além de prova oral para o cargo de Delegado de Polícia e de digitação para Escrivão de Polícia, devendo ser satisfeitos os demais requisitos e exigências estabelecidos em

regulamento e no edital do concurso.

B) Exame psicotécnico para avaliar os aspectos de cognição, aptidões específicas e características de personalidade adequadas para o exercício do cargo pretendido;

C) Investigação social para verificar a idoneidade do candidato, sob os aspectos moral, social e criminal, de caráter eliminatório e classificatório.

D) Exames biofísicos, por testes físicos específicos, para apurar as condições para o exercício profissional e a existência de deficiência física que o incapacite para o exercício da função;

E) Exames biomédicos para aferir a higidez física e mental, de caráter eliminatório, podendo ser realizado apenas após aprovação na etapa de provas e títulos.

6. Acerca do estágio probatório do policial civil é correto afirmar:

A) O policial civil submeter-se-á a estágio probatório, pelo prazo de dois anos, a partir do ato da posse, durante o qual será avaliada, em caráter permanente, sua aptidão para fins de declaração de estabilidade na carreira.

B) O Corregedor-Geral de Polícia Civil não pode, a qualquer tempo do estágio probatório, ex officio ou mediante provocação, impugnar a permanência do policial civil no cargo efetivo, devendo aguardar o fim do cumprimento do estágio probatório para impugnação.

C) O policial civil, no período do estágio probatório, será avaliado por comissão de acompanhamento e avaliação especial de desempenho composta por policiais civis estáveis, instituída por ato de um Delegado de Polícia da Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

D) O Corregedor-Geral de Polícia Civil, em até trinta dias antes do término do estágio probatório, apresentará ao Conselho Superior da PCMG parecer sobre a homologação de estágio probatório de policial civil.

E) Ao Chefe da PCMG compete o ato declaratório de estabilidade, no qual constará a nova condição do policial civil para o desenvolvimento na carreira.